

ATA
N.º 01/2025
SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
27 de fevereiro de 2025



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2025:**

---Aos **vinte e sete** dias do mês de **fevereiro** do ano **dois mil e vinte e cinco**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Otilio da Silva Hipólito, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.--

---A reunião da presente sessão foi secretariada, após o ato de eleição da Mesa, pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Jaqueline Casado Afonso Areias e Baltazar Almeida da Costa.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
Manuel Capitão Cerqueira, em substituição de Celestino Cubelo Morais,
Virgínio Isidro Martins de Sá, em substituição de José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Morais Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
António Maria Miranda Neves,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 45 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Artur Guilherme Lima Sousa Emílio, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Sérgio Moreira Mano,
Luís António Sequeira Peixoto,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,

António Manuel da Cruz Azevedo Abreu, e
Joana Catarina Nóvoa Lima.-----

---Verificou-se a ausência do Senhor Deputado Municipal Manuel Fernando Lima de Meira Torres.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração das empresas municipais, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou que se iria proceder à eleição da Mesa da Assembleia, em virtude da renúncia ao mandato, apresentada pelo anterior Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Prof. Doutor Carlos Silva. Mais referiu que, em sede de conferência de líderes, foi proposto aos líderes presentes a apresentação de propostas, tendo chegado à mesa naquele momento, duas propostas, uma do Grupo Político do Partido Social Democrata, que será denominada por lista A e outra do Grupo Político do Partido Socialista, que será denominada por lista B.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 - ELEIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE: _____

Com vista à eleição da Mesa da Assembleia Municipal, que se fará através da apresentação de listas, por escrutínio secreto, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o artigo 15.º do Regimento da Assembleia Municipal de Esposende em vigor, foram apresentadas as seguintes propostas:

Foi apresentada uma lista, pelo Partido Social Democrata, à qual foi dada a designação de lista A, com a seguinte composição da Mesa da Assembleia Municipal:

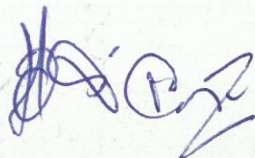
Presidente: Otilio da Silva Hipólito;
Primeiro Secretário: Jaqueline Casado Afonso Areias;
Segundo Secretário: Baltazar Almeida da Costa.

Foi apresentada outra lista, pelo Partido Socialista, à qual foi dada a designação de lista B, com a seguinte composição da Mesa da Assembleia Municipal:

Presidente: Tito Alfredo Evangelista e Sá;
Primeiro Secretário: Domingos José da Cruz Carvalho;
Segundo Secretário: Ilídio Morais Rodrigues.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR



MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 23 VOTOS A FAVOR, 1 VOTO NULO E 5 VOTOS NA LISTA B, E ASSIM, ELEGER A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, SENDO PRESIDENTE O SENHOR DEPUTADO MUNICIPAL OTÍLIO DA SILVA HIPÓLITO, COMO PRIMEIRO SECRETÁRIO A SENHORA DEPUTADA MUNICIPAL JAQUELINE CASADO AFONSO AREIAS E COMO SEGUNDO SECRETÁRIO O SENHOR DEPUTADO MUNICIPAL BALTAZAR ALMEIDA DA COSTA.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu posse à Mesa eleita e convidou o segundo secretário a ocupar o respetivo lugar na Mesa, uma vez que os outros dois elementos já se encontravam a ocupar os lugares respetivos na mesa da Assembleia Municipal.

De seguida, informou ter recebido dois pedidos de substituição por motivos de saúde, um do Senhor Deputado Celestino Cubelo Moraes, que se fez substituir pelo Deputado Manuel Capitão Cerqueira e o outro do Senhor Deputado José Maria Losa Esteves, que se fez substituir pelo Deputado Virgínio Isidro Martins de Sá.-----

01.02 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2024 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia dezasseis de dezembro de 2024 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2024.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Manuel Capitão Cerqueira e Virgínio Isidro Martins de Sá, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 16 de dezembro de 2024.-----

01.03 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

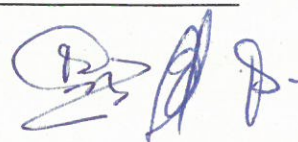
Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento mencionado que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

---Pelas 21 horas e 10 minutos abandonou a sessão o Senhor Deputado Municipal Armando Luís Lopes Martins.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou o público presente que se poderia inscrever para intervenção, caso o pretendessem fazer.-----

01.04 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----



Interveio o Sr. Deputado Municipal, José Silva, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado o seguinte Voto de Pesar:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO FERNANDO COUTO DOS SANTOS.-----

*“Foi com profunda consternação que no passado dia 6 de janeiro, recebemos a notícia do falecimento do ilustre Esposendense, natural de Forjães, **António Fernando Couto dos Santos**.*

Figura de grande relevância para a nossa comunidade, o Eng. António Fernando Couto dos Santos, desempenhou funções de grande importância no panorama político e cultural de Portugal.

Foi Secretário de Estado da Juventude, Ministro dos Assuntos Parlamentares, Ministro da Educação e Ministro Adjunto e da Juventude, a quem se deve, entre muitos outros projetos, a criação do “Cartão Jovem”.

Foi, ainda, Presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos, Deputado à Assembleia da República e ocupou cargos de relevo em várias organizações culturais e empresariais, como a Casa da Música e a Associação Empresarial de Portugal.

Desempenhou, também, as funções de cônsul honorário da Rússia no Porto, tendo apresentado a sua recusa na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022.

A nível local, foi Presidente da Assembleia Municipal de Esposende, nos mandatos de 2005-2009 e 2009-2013.

A sua dedicação à causa pública mereceu o reconhecimento do Município de Esposende, através da atribuição da Medalha de Honra, a mais alta condecoração da Câmara Municipal, no dia 19 de agosto de 1993, aquando da elevação de Esposende a cidade.

Em 2024, por ocasião dos 50 anos do 25 de Abril, a instalação de um mural evocativo na “Casa da Democracia” do concelho de Esposende, o Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, assinala para a posteridade a entrega e dedicação à causa pública do Eng. António Fernando Couto dos Santos, bem como dos demais Presidentes da Assembleia Municipal de Esposende, desde o 25 de Abril de 1974.

O Eng. António Fernando Couto dos Santos será sempre lembrado pelo seu inestimável contributo ao serviço público e pela forma como marcou a vida de tantos cidadãos.

A sua dedicação, competência e espírito de missão inspiraram muitos dos que tiveram o privilégio de o conhecer e trabalhar ao seu lado.

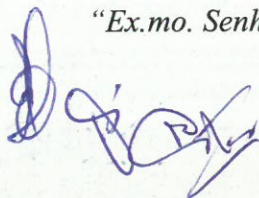
Em sua memória, pela personalidade que foi, no dia do seu funeral, a Câmara Municipal de Esposende, decretou um dia de luto Municipal.

*Assim, neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal associam-se à família e aos amigos de **António Fernando Couto dos Santos**, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.*

Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



*Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta
Publico presente,*

Em primeiro lugar, quero deixar uma mensagem de felicitação e sucesso ao Sr. Presidente da Assembleia, hoje eleito, ao Dr. Otilio Hipólito, e felicitar também a Dra. Jaqueline Areias e o Sr. Baltazar Costa, pelas funções que hoje assumem na condução dos trabalhos desta Assembleia até ao final do mandato.

Quero, por isso, em nome do grupo político do PSD, desejar-lhes os maiores sucessos nesta tarefa, e esperar que o respeito pela autoridade da mesa seja uma constante e um princípio basilar seguido por todos os grupos políticos e membros independentes desta Assembleia. Da nossa parte Sr. Presidente, à semelhança do que fomos com o seu antecessor, terá todo o nosso apoio, colaboração e disponibilidade para que, na condução dos trabalhos, sinta o conforto necessário para que as sessões desta Assembleia possam decorrer com normalidade, com democracia e sem incidentes.

Dito isto, Sr. Presidente, e para que não paire no ar a ideia de que há um elefante na sala, referir ainda, em nome do grupo político do PSD nesta Assembleia, que a renúncia ao mandato apresentada pelo anterior Presidente da Mesa, nada teve a ver com o PSD ou com o seu grupo político.

Pelo contrário, a renúncia apresentada, nada mais foi do que uma vontade pessoal do próprio, que aceitamos e respeitamos. A esse propósito, apenas temos a registar que, desde que foi eleito nas listas do PSD em 2021, até ao dia da sua renúncia, no passado dia 29 de janeiro, o anterior Presidente da mesa sempre esteve do lado do PSD, votou sempre favoravelmente todas as propostas da Câmara Municipal e do grupo político do PSD.

Defendeu sempre, todas as posições políticas do PSD nesta Assembleia e fora dela. Um apoio incondicional que todos testemunhamos, pois participou em todas as sessões e cerimónias públicas da Câmara Municipal ao lado do anterior e do atual Presidente da Câmara, fazendo intervenções públicas de apoio aos eleitos do PSD e aos seus projetos político, tendo-o feito sempre de forma livre e incondicional.

Perguntar-me-ão o que mudou? Não sabemos! O que sabemos é que no PSD, nada mudou e que os valores da Social Democracia não se alteram da noite para o dia e não são passíveis de suspensão, muito menos admitem desvios ideológicos repentinos. Cada um terá a sua agenda. Pena é que alguns demorem 3 anos assumi-la, e outros, mais de uma década, e só depois de verem frustradas as suas pretensões.

*Sr. Presidente da mesa,
Sras. e Srs. Deputados municipais,
Srs. Presidentes da Junta.*

Feito este aparte, quero em primeiro lugar felicitar o sucesso da votação que foi o projeto lei da Desagregação das freguesias na A.R. no passado dia 17/01.

E por isso, porque não somos hipócritas, nem pretendemos apropriarmos de uma luta que, desde do primeiro dia, uniu todas as forças políticas do nosso concelho no objetivo de alcançar a Desagregação das Freguesias, queremos agradecer o esforço de todos os que se envolveram neste processo, e destacar o papel determinante que o Sr. Presidente da Câmara,

Guilherme Emílio, teve no resultado alcançado, quando, uma semana antes da decisão tomada pelo Grupo de trabalho da XIIIª Comissão da A. R., criada para analisar os processos de desagregação, este se preparava para excluir as freguesias de Apúlia e Fão. Obrigado, Sr. Presidente, a sua ação e influência junto do Grupo Parlamentar do PSD foi determinante para que isso não viesse a acontecer. E apesar do Veto da proposta de Lei por parte do Sr. Presidente da República, com a garantia deixada pelo PSD e pelo PS de que irão confirmar a lei na votação do próximo dia 5 de março na Assembleia da República, ficamos mais aliviados com a certeza de que a desagregação irá mesmo acontecer. E por isso, todos nesta Assembleia Municipal estamos de parabéns.

Mas, ainda sobre este assunto, Sr. Presidente, quero aqui deixar a garantia de que, da nossa parte, pela via do processo normal de criação de novas freguesias, de tudo faremos para que as freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto possam também reaver a suas autonomias administrativas. Para nós essa luta não terminou. Para nós não há freguesias demasiado pequenas. O que há, são freguesias. Nada mais.

Sr. Presidente, falando agora da atividade da câmara municipal ao longo dos últimos meses, queremos em primeiro lugar destacar a confirmação do saldo de gerência apresentado pelo executivo e que se cifrou nos cerca de 2,3 M€. Uma vez mais, e à semelhança daquilo que tem vindo a ser uma regra deste executivo, este resultado é demonstrativo de uma gestão criteriosa e assertiva dos dinheiros públicos, que aliada ao projeto político do PSD, se tem traduzido no permanente crescimento e desenvolvimento sustentado do território, atraindo mais pessoas a fixar-se no concelho, fazendo dele um dos territórios mais atrativos do distrito e da região Norte.

Em segundo lugar, quero destacar o trabalho que está a ser feito nas freguesias. E, sem pôr de parte os grandes projetos em curso, como:

A 2ª fase da ESHM, atualmente em fase de concurso;

O Parque da Cidade, que está já em construção;

A Residência Universitária, a requalificação do Forte S. João Batista ou o Centro de Saúde de Esposende, que muito em breve estarão a concurso de empreitada, à semelhança de outros tantos projetos que nos foram apresentados;

dizer-vos, Sr. Deputados, que o Sr. Presidente da Câmara, Guilherme Emílio, tem cumprido escrupulosamente com o compromisso que assumiu aquando da aprovação dos Documentos previsionais e orçamento para 2025.

De facto, estes últimos 6 meses têm sido muito direcionado para as freguesias, onde, num exercício de proximidade e de resolução dos problemas das pessoas, o Sr. Presidente tem dedicado muito da sua ação a pôr na rua projetos importantes para as freguesias, mas também, tem apoiado as instituições, quer financiando as suas necessidades urgentes, quer apoiando projetos fundamentais para a sua subsistência ou crescimento.

Um trabalho notável que se tem traduzido num investimento avultado em projetos, obras e apoios, como tem acontecido no melhoramento da rede viária nas suas diversas dimensões, na aquisição de equipamentos e viaturas, ou em obras de construção, requalificação ou beneficiação de edifícios ou infraestruturas das diversas freguesias ou instituições do concelho.

E por isso, Sr. Presidente da Câmara, porque é comum ouvir dizer os mais distraídos que nada se faz nas freguesias, e nesta casa estão aqui alguns, pergunto-lhe se nos pode dizer, quais os montantes investidos nas freguesias e instituições ao longo dos últimos 6 meses, e já agora, em que projetos/obras.



*Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados,
Srs. Presidente de Junta.*

Falava há pouco dos compromissos assumidos por parte do Sr. Presidente da Câmara, aquando da aprovação do Orçamento para o ano de 2025. Falava também da política de proximidade que o Sr. Presidente, Guilherme Emilio dedica às pessoas na sua ação governativa. E por isso, não falar também, do forte investimento que a Câmara vai levar a cabo em obras de saneamento básico nas diversas freguesias do concelho, seria não relevar ou valorizar o esforço financeiro, enorme, que este executivo está a levar a cabo nesta área em específico.

Já agora, Sr. Presidente, a este respeito, não posso deixar de referir e lembrar os mais distraídos, o facto do partido socialista, aquando da votação do orçamento para 2025, terem votado contra as propostas da Esposende Ambiente que em parceria com a Câmara Municipal, prevê um avultado investimento em saneamento básico no nosso concelho.

Confesso que não entendo a incongruência do discurso político do PS. Por um lado, reivindica mais saneamento básico no concelho, mas por outro, vota contra o investimento em saneamento proposto pelo executivo.

Contudo, não sendo as opções dos partidos da oposição uma preocupação nossa, sobre saneamento básico, pergunto-lhe Sr. Presidente da Câmara, se nos pode dizer com mais pormenor e rigor, quais os investimentos que se propõe implementar a curto/médio prazo em matéria de saneamento básico no concelho, e que valores estão em causa nessa operação?

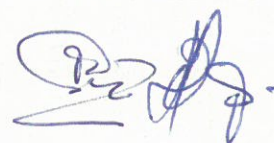
*Sr. Presidente da Mesa,
Sras. e Srs. Deputados,
Srs. Presidentes de Junta.*

Como trabalhar no desenvolvimento do território implica investimento e decisões ajustadas, quer no tempo, quer à realidade que se vive em cada momento, importa ligar todas as medidas e opções assumidas pelo executivo, a um correto planeamento estratégico que seja orientador da ideia que se quer para o crescimento sustentado do concelho.

Nesse sentido, fruto de decisões acertadas do ponto de vista estrutural, concretamente na definição dos eixos de desenvolvimento a priorizar e que permitiram fazer do concelho de Esposende, o 2º concelho da zona norte que, do ponto de vista demográfico, foi o que mais cresceu, atrás de Braga (considerando o seu saldo natural), estamos obrigados a olhar para o planeamento urbano com cuidados redobrados.

Isto, porque, face ao crescimento demográfico verificado, a necessidade de se consolidar os aglomerados urbanos é cada vez maior para se evitar a dispersão do edificado no território. Porque, se assim não for, além de se obrigar o município a um esforço suplementar em mais investimentos em infraestruturas viárias, acabaríamos, também, por inviabilizar ou adiar obras de primeira necessidade como o é o saneamento básico nas freguesias onde este ainda não existe.

E por isso, é importante atuar na mitigação desse fenómeno de dispersão do edificado. Se por um lado as regras que vão sendo impostas por via das sucessivas revisões do PDM, vão, e bem, no sentido de concentrar o edificado, permitindo desse modo, tornar as freguesias com características mais urbanas, por outro lado, a opção seguida pela câmara municipal no sentido de (onde for possível) abrir novas frentes de construção nos centros urbanos das



freguesias (em zonas vazias de construção e acessibilidades), nomeadamente através da implementação de novas vias habilitantes, quer por via da abertura de novas ruas, quer através da pavimentação e alargamentos de vias existentes, revela-se ser uma solução inatacável do ponto de vista do retorno do investimento em infraestruturas, mas também do ponto de vista da resposta a dar em matéria de políticas de habitação, disponibilizando, desse modo, mais terrenos para construção de primeira habitação.

A título de exemplo do que aqui acabei de referir, está a obra iniciada este mês na freguesia de Palmeira de Faro, que prevê um novo arruamento e abrange a Rua das Cerqueiras, a Rua e a Travessa das Lajes, ou o projeto em curso para a construção da futura ligação entre a N13 e a rua da Estrada Real, em S. Bartolomeu do Mar, que no caso desta última, possibilitará também dar uma maior centralidade à freguesia.

E por isso, consideramos que esta política de consolidação urbana, representa um passo importante, não só por tudo aquilo que aqui referi, mas também pelo facto de abrir caminho a uma maior rentabilidade dos recursos do município, garantindo maior sustentabilidade financeira, e permitindo, desse modo, a implementação de mais infraestruturas básicas por todo o concelho, chegando a mais freguesias, e a localidades mais necessitadas que ainda não tenham à sua disposição esse tipo de infraestruturas.

A título de exemplo, destaco, aqui, a chegada do saneamento básico à freguesia de Vila Chã, recentemente tornado público por parte do Município.

Sr. Presidente, termino esta minha intervenção, dizendo que o grupo político do PSD se congratula com a atribuição do 1.º Prémio para Empreendimentos Hidráulicos, com que a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) distinguiu a obra do canal interceptor.

Um projeto arrojado, que por muito que haja quem o tenha criticado, não só já demonstrou, e continua a demonstrar a sua eficácia, como também já se tornou numa referência e num projeto modelo, a seguir noutras geografias do país.

Por último, quero ainda deixar uma referência ao projeto EGuard. E em nome do Grupo Político do PSD, quero dar os parabéns ao executivo pela implementação desse projeto, junto da população idosa do concelho.

Um projeto diferenciado e de grande utilidade, que permitirá resolver muitos problemas de isolamento e segurança da nossa população sénior. E por isso, Sr. Presidente, Guilherme Emílio, termino dando-lhe os parabéns pela sua capacidade de decidir e pela sua capacidade na implementação das políticas de proximidade nas freguesias, resolvendo os problemas das pessoas e pela assertividade no investimento e na implementação da medida como esta do EGUARD."-----

Intervio depois o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista e Sá, do Grupo Político do PS, tendo começado por apresentar um Voto de Protesto, passando depois à sua intervenção política:

"Senhor Presidente muito boa noite, desejo as maiores felicidades à nova Mesa hoje eleita e vou começar por apresentar um Voto de Protesto.

2 – VOTO DE PROTESTO PELO VETO POLÍTICO EFETUADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA À REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS.-----

“O Senhor Presidente da República efetuou, no passado dia 12, um veto político do Decreto da Assembleia da República nº 37/XVI - Reposição de freguesias agregadas pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei nº 39/2021 de 24 de janeiro.

Na explicação pública que deu para ter vetado a Decisão aprovada por ampla maioria dos deputados na Assembleia da República, o Senhor Presidente alegou a falta de tempo para implementar a Lei até próximas eleições autárquicas.

Ora, se a Lei tem condições de ser implementada até às próximas eleições autárquicas, desde que seja promulgada durante o mês de março de 2025, por maioria de razão tinha caso o Senhor Presidente da República tivesse promulgado, como devia, em vez de a ter vetado com esse fundamento, que publicamente invocou como razão para o veto.

No caso das freguesias que ainda não foram repostas pelo veto político do Senhor Presidente da República, a saber: Esposende, Marinhãs, Gandra, Apúlia, Fão, Palmeira de Faro, Curvos, Belinho e Mar, todas as propostas foram aprovadas nas Assembleias das Uniãos de Freguesias respetivas por unanimidade, e todas as propostas foram aprovadas na Assembleia Municipal de Esposende, igualmente, por unanimidade, dando assim expressão a um sentimento da esmagadora maioria das populações afetadas por uma Lei injusta, criada sem ouvir as populações abrangidas, e pior ainda, contra a vontade das populações.

As uniões de freguesias criadas no nosso concelho, após doze anos de experiência, podemos afirmar com certeza, que não trouxeram benefícios relevantes, se é que algum benefício trouxe, e criaram inúmeras dificuldades às populações, não diminuíram custos, nem geraram eficiência de gestão, pelo contrário, acrescentaram despesas e encargos, constrangimentos e dificuldades.

Cada uma das freguesias repostas pelo Decreto da Assembleia da República nº 37/XVI não são apenas um espaço geográfico, representam uma realidade cultural, cívica e histórica diversa das demais, algumas delas freguesias “fundadoras” do concelho de Esposende criado pela Carta Régia de 19 de Agosto de 1572 do Rei D. Sebastião.

O veto político do Senhor Presidente da República veio defraudar as legítimas expectativas dos habitantes das freguesias a repor, muitos deles que não desejam morrer sem verem devolver à sua terra existência jurídica e autonomia de facto.

A união do concelho de Esposende fortalece-se com a diversidade e riqueza cultural de cada uma das suas freguesias.

Unidade não significa unicidade!

Respeitando as competências legais do Senhor Presidente da República, não podemos deixar de exercer as nossas, e manifestarmos o nosso protesto pelo veto político efetuado pelo Senhor Presidente a uma deliberação da Assembleia da República que dava aprovação, e seguimento, a deliberações, por unanimidade, desta Assembleia Municipal de repor as freguesias supra identificadas.

Propomos que o presente voto de protesto, seja dado conhecimento a Sua Excelência o Senhor Presidente da República.” -----

Passo agora para a minha intervenção política, tenho muito pouco tempo, vou só responder ao senhor arquiteto Morgado, o Orçamento é votado numa globalidade de Projetos e Rúbricas, não é proposta a proposta. O saneamento faz parte do Orçamento, isto não é como na Assembleia da República que há uma votação da especialidade, proposta a proposta. Portanto, só por pura demagogia é que pode dizer que o PS votou contra as obras do saneamento.

Quanto à questão do elefante da sala que falou aqui, o elefante da sala, salvo seja, sem querer

chamar nomes a ninguém, O Senhor Doutor Carlos Silva, demitiu-se, mas foi muito claro pelas razões da demissão. Demitiu-se segundo ele, por falta de democraticidade interna dentro do Partido Social Democrata. O Senhor arquiteto falou de uma parte, mas esqueceu-se da parte final e, gostava de lhe dizer que nós hoje, quando apresentamos aqui uma proposta de mesa para a Assembleia Municipal, nós sabíamos qual seria o resultado, já sabíamos que não seríamos eleitos, tentamos fazer como sabe, uma lista comum, o PSD disse que não, queria todos os lugares só para o PSD, não admitia negociações de dividir a mesa com outros partidos, mas, nós já sabíamos qual ia ser o resultado final, mas isto foi o teste do algodão, a quem é oposição, e a quem é da situação em Esposende, e nós sabemos. E o resultado é evidente, os da situação votaram numa lista, os da oposição votaram noutra. Porque quer queiramos quer não, a oposição em Esposende hoje, como desde o início do mandato, é o Partido Socialista, mais nada. O resto é uma divergência fraternal entre vós, que depois no fim, não sei se a família se vai zangar para sempre, ou se, se vai reunir depois, lá para o Natal.

Há aqui um outro elefante na sala que não foi falado, que é a reportagem da TVI de domingo passado. E já agora gostava de dizer ao PSD, que ficou muito mal ao PSD, fazer um comunicado a atirar as culpas para cima da Dr.ª Alexandra Vilar e da Dr.ª Angélica Cruz, tentando defender de uma forma absurda o anterior Presidente da Câmara, Benjamim Pereira, porque ninguém se acredita, que a Administração da Zêdensino fosse contratar uma sociedade de advogados do Porto, por trinta e tal mil euros, sem ter autorização da despesa do Presidente da Câmara e que o Presidente da Câmara não soubesse de quem era essa sociedade. Portanto, podiam ter arranjado todas as desculpas para justificar, dizer que eram os melhores, que queriam aqueles, não houve qualquer tipo de intenção de favorecer, isso tudo bem, agora, atirar as culpas para cima das desgraçadas, para defender a figura do Senhor Presidente da Câmara com mandato suspenso, não ficou bem.”-----

Pelas 21 horas e 15 minutos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

De seguida interveio o Sr. Deputado Municipal, Domingos Carvalho, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Senhor Presidente da Assembleia
Senhor Presidente da Câmara
Senhores Vereadores
Senhores Deputados Municipais
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia
Equipa de apoio à Assembleia
Publico aqui presente
Meus senhores e minhas senhoras
Uma Boa Noite*

Começo por dar os parabéns às Freguesias desagregadas, Belinho, Mar, Marinhas, Esposende, Gandra, Curvos, Palmeira de Faro, Fão e Apúlia.

Todos sabem que sou um acérrimo defensor do meu concelho e o que representam as suas

freguesias na valorização deste.

O Território fica mais forte com esta boa notícia.

Muitos parabéns a todos os que contribuíram para este regresso à normalidade.

E falando do nosso Concelho, quero louvar:

1. *O trabalho fantástico de todas as **Instituições de Solidariedade Social**, com colaboradores incansáveis na melhoria do Bem-estar e Qualidade de Vida dos seus utentes. Lamentamos apenas que os seus dirigentes estejam associados sempre ao mesmo partido político no "Poder". Como tudo poderia ser ainda melhor com mais democracia!*
2. *O trabalho fantástico de todas as **Associações Culturais, Desportivas e Recreativas**, com colaboradores e dirigentes incansáveis no desenvolvimento de atividades nas suas localidades e para as suas "gentes". Lamentamos apenas que o apoio por parte do Município não seja ainda mais substancial! Como tudo poderia ser ainda melhor, se este "espírito associativo" fosse compensado com mais apoio orçamental!*
3. *O trabalho fantástico de todas as **Comissões de Festas**, com centenas de comissários incansáveis na procura de dinheiro para concretizar Programas de Festas Religiosas lindíssimos. Como tudo poderia ser ainda melhor e mais fácil, se este "voluntariado" fosse compensado com muito mais apoio orçamental por parte do Município. Que pena estas Festas Religiosas não estarem na primeira linha de apoio, quando assistimos à atribuição de valores substanciais para as Festas de Verão!*

Para concluir, e, porque temos algumas dúvidas, colocaria algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, relacionadas com a proposta da Câmara Municipal para concessão de apoio financeiro à Freguesia de Forjães, no valor de 319.591.03 euros, destinado à execução da empreitada tendente à requalificação do edifício implantado no prédio urbano situado na Rua da Santa n.º334, de Forjães, e respetivos arranjos exteriores, a concretizar nos termos do Protocolo de Cooperação anexo à Proposta ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25 do Anexo I, à Lei 75/2013 de 12 de setembro. Porque consta da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, quero dizer, que independentemente das justificações que certamente dará, votaremos a favor da mesma e de qualquer outra proposta de apoio às freguesias do concelho. O edifício é de quem?

E continuará a pertencer a quem?

Que justificação dá a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Forjães para requalificar um edifício, antiga sede da Junta, no valor de 319. 591.03 euros, e cedê-lo a uma única Associação, quando existem outras em Forjães, nomeadamente o "Forjães em Cena" e o "Grupo de Danças e Cantares de Forjães", a necessitar de muito apoio logístico no desenvolvimento das suas atividades?

Quanto custou à Câmara Municipal o edifício em construção, agora em ruínas, que seria a sede do Grupo Associativo de Divulgação Tradicional de Forjães?

Qual o fim deste edifício em construção adquirido pela Autarquia?

Muito Obrigado.-----

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Ex.mo Senhor Presidente da Mesa, Dr. Otilio Hipólito,
elementos da mesma,
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara,*

Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
Ex.mo Público,
Boa noite!

Começo por deixar aqui a minha nota sobre o veto de sua Excelência o Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que foi contra a vontade do povo eleitor, no que toca à separação das freguesias. Este comportamento do Presidente da República, faz lembrar o célebre momento do então Presidente à Assembleia, Ferro Rodrigues. Ferro Rodrigues esteve para o segredo de Justiça, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, esteve para os eleitores. Entretanto, mais uma vez, vem aí aquela fase em que esquerdas e direitas nos encham com o que têm em comum, abundância de nada a troco de votos.

Esquerda e direita estão unidos pelo princípio da subjugação dos povos, pelo medo, ora, as alterações climáticas e catástrofes, transições energéticas e neutralização carbónica, argumento da esquerda, ora, a imigração e substituição de raças, usar o óbvio para incendiar o improvável, argumento da direita. Enquanto os Estados forem geridos por partidos liderados por políticos que doutrinam desta forma, estes só governarão para si mesmos. Aliás, tivemos em casa, na nossa Câmara Municipal, o cúmulo da desgovernação, que foi Benjamin Pereira, e que espero eu, não o voltemos a ter, nem por procuração. Como exemplo, veja-se o caso do andamento do Parque da Cidade, a pedra foi plantada, mas ainda não pegou digo-vos que o hotel Nélia vai pegar e produzir muito antes.

Entretanto, vistos os pontos 03.03 e 03.04 da Ordem de Trabalhos de hoje, na sua explicação, e porque a atribuição de verbas às Juntas de Freguesia, já foi assunto, ainda assim, propõem ao executivo um reforço de verbas, a todas as juntas de freguesia, contemplando-as por exemplo, com mais 20% do orçamento da Câmara, e aliás, dizia Benjamin Pereira desde há muito “em vez de se submeterem a dívidas”.

Deixo um alerta, só saberemos da capacidade dos eleitos para defenderem o interesse público, se soubermos de todas as suas ligações privadas.

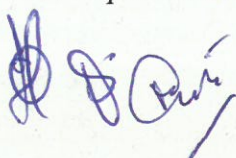
A política precisa de coerência.

Muito obrigado!”-----

Intervieio depois o Sr. Deputado Municipal Francisco Melo, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

“Exmos.
Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados Municipais,
Esposendenses aqui presentes,

Senhor Presidente da Assembleia, antes de entrar na minha intervenção política propriamente dita, permita-me aqui duas notas, uma primeira para felicitar a Mesa pela eleição e congratular em particular o Dr. Otilio, agora nosso novo Presidente da Mesa e, manifestar total disponibilidade e colaboração do grupo municipal do CDS, para prosseguimento dos



trabalhos e para enfim, podermos levar aqui a assembleia, aos melhores trabalhos possíveis. Uma nota também de reconhecimento democrático ao Doutor Carlos Silva, anterior Presidente da Assembleia, não só pela relação cordial e abertura de espírito que manifestou sempre para com o grupo municipal do CDS no acolhimento e troca de idéias, como também, naquilo que será seguramente a marca distintiva desta assembleia neste mandato, que é, a de abertura da Assembleia à comunidade. Não só uma aproximação aos jovens, nas iniciativas levadas a cabo junto deles, como também, na descentralização das sessões da Assembleia, e por último, nas transmissões das Assembleias.

Passando agora à minha intervenção política propriamente dita, aqui a todos os esposendenses presentes na Assembleia, gostaria de apresentar em nome do grupo municipal do CDS, um pedido de desculpas. Isto porque, hoje deveria iniciar-se a transmissão das sessões da Assembleia, pois há 5 meses foi aprovado um regulamento, mas, infelizmente, por inércia ou falta de vontade do município, a verdade é que, ainda não será desta que os esposendenses em sua casa, poderão assistir a estas assembleias.

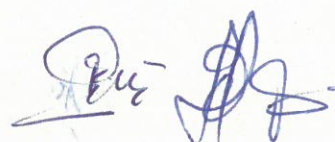
Em segundo lugar, gostaria de manifestar da parte do grupo municipal do CDS, o nosso regozijo, pela conclusão, que se prevê a breve trecho, do processo da desagregação das freguesias, que será em breve reconfirmado pelos deputados da Assembleia da República e, ao povo de Fonte Boa e Rio Tinto, na presença do Senhor Presidente da Junta, manifestar aqui a disponibilidade e empenho do grupo do CDS para, conseguirem levar a cabo o desejo das populações locais, de desagregação, colocando-nos à disposição, para junto com os demais grupos municipais e também, com os deputados do CDS na Assembleia da República, de podermos fazer todos os esforços para levar isso a bom porto.

Só duas breves notas aqui na minha intervenção, a primeira, o facto de, o início deste ano estar a ser marcado por questões de segurança e aumento da criminalidade, Esposende infelizmente não é exceção, do que está a acontecer no resto do país, no início do ano tivemos casos de assaltos, um até bem próximo da Câmara Municipal, distúrbios também ocorreram na Vila de Fão, junto à Pousada da Juventude, e se a nível nacional nós vemos o Primeiro-Ministro Luís Montenegro a reunir-se com as autoridades policiais e a dar uma palavra aos portugueses, infelizmente no plano local, não vemos nada da parte do executivo, pois a verdade é que, até agora, não vimos o Presidente da Câmara reunir-se com as autoridades policiais, ainda recentemente a GNR ficou privada de dois militares, que ficaram suspensos por força do tribunal, pelo que legitimamente os esposendenses questionam se a GNR está em condições e com capacidade de dar resposta a esta situação, que muito preocupa e que era bom tranquilizar.

Por fim Senhor Presidente da Câmara, aqui uma nota, têm chegado até nós várias queixas sobre a Esposende Ambiente, designadamente, o desagrado pela demora na resposta aos pedidos para ligações de água. Estamos certos de que a Esposende Ambiente na pessoa do Senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. Paulo Marques aqui presente, tomará o devido cuidado, da nossa parte, vamos estar atentos e esperamos na próxima sessão de abril, poder manifestar o nosso contentamento pelo facto deste problema ter sido resolvido. Muito obrigado!"-----

De seguida interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Marta Viana, do Grupo Político do CDS-PP, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Ex.mo. Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,*



*Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados Municipais,
Esposendenses aqui presentes, muito boa noite.*

Começo desde já por congratular a Mesa hoje eleita e desejar que haja uma boa cooperação no resto deste mandato.

Início então começando pelo Senhor Presidente da Câmara, da Vila da Apúlia chegam-nos preocupações sobre o estado da rampa dos Pescadores de Cedovém, uma vez que continua por proteger, apelamos a que o executivo intervenha o quanto antes.

Também da Vila de Fão, constata-se que a ponte continua sob intervenção da IP. Ora em julho de 2023, a IP a propósito do arranque das obras então já em curso, anunciava a previsão do prazo de execução de um ano. Esse prazo onde é que já vai, pelo que perguntamos a Vossa Excelência, se tem dados concretos que possa partilhar com esta assembleia sobre, quando é que a ponte reabrirá ao trânsito na sua plenitude.

Registamos com preocupação que o Conselho Municipal da Juventude de Esposende, ainda não esteja em vigor Senhor Presidente da Câmara.

Há mais de 1 ano que temos o regulamento, mas de que serve tal instrumento, se o órgão ainda não está constituído. Não deixa de ser algo aberrante, que o Presidente do Conselho Nacional da Juventude, seja oriundo de um concelho que não tem o seu próprio Conselho Municipal de Juventude instalado, como diria Fernando Pessoa “e esta hein?”.

Muito obrigada e boa noite.”-----

Voltou a pedir a palavra o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

“Uma vez mais boa noite, relativamente ao voto que íamos apresentar, não o vamos fazer, vamos subscrever o Voto do Partido Socialista, o Voto de Protesto relativamente ao Veto do Senhor Presidente da República, sobre a desagregação das Freguesias, portanto, subscrevemos o voto.

Sobre aquilo que foi dito, só dar aqui uma breve nota ao Senhor Dr. Tito e ao grupo político do Partido Socialista, relativamente à Mesa, dizer aos Senhores Deputados que não faz sentido a proposta que o Partido Socialista fez ao PSD, pois trata-se de uma proposta que inverte o princípio da democracia e a legitimidade saída do ato eleitoral que deu a vitória ao PSD com larga maioria em 2021.

Este órgão deliberativo em nada se assemelha à Assembleia da CIM Cávado, conforme a proposta que nos fez.

Por isso não aceitamos a proposta do Partido Socialista, pois mais uma vez, trata-se de um momento de pura demagogia por parte do Partido Socialista.

Sobre a reportagem da TVI, dizer apenas que por muito que se apregoe a boa cooperação entre os partidos em Esposende, como se fez aquando precisamente da apresentação da proposta para a Mesa da Assembleia Municipal, uma vez mais trata-se de um processo, e de um ato de demagogia pura, porque nós, no PSD, temos por hábito defender os nossos e por isso, convidava a ler melhor o nosso comunicado, porque quando se trata de defender os seus, o PSD defende-os afincadamente. Portanto, o PSD tem por isso esse seu princípio, principalmente quando as decisões tomadas pelas pessoas do PSD que estão nos cargos e nos órgãos, quer de eleição, quer de nomeação, são sempre as decisões corretas, por isso

defendemo-las sempre não entramos em episódios de demagogia, como acabou uma vez mais, não só de fazer, mas como é hábito, acabou aqui também de dizer. Portanto, demagogia pura e dura.-----

Pelas 21 horas e 35 minutos, pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os votos apresentados.-

Pelas 21 horas e 40 minutos foram retomados os trabalhos, tendo solicitado a palavra o Deputado do CDS-PP, Dr. Francisco Melo, que depois de devidamente autorizado, referiu:

“Muito obrigado, Senhor Presidente, dizer que o grupo municipal do CDS subscreve os votos que aqui vão ser votados dentro de momentos, e queríamos só aqui, fazer um breve comentário a propósito do falecimento do engenheiro Couto dos Santos e do Voto de Pesar apresentado, apenas dizer aqui, que há uma grave lacuna no texto do Voto de Pesar, é que, para além de tudo isto que foi aqui citado, o engenheiro Couto dos Santos foi também Vice-Presidente do Sporting Clube de Portugal. Portanto, é algo que deve ser aqui sublinhado. E já agora, o engenheiro Oliveira Martins que também foi Vice-Presidente do Sporting. Dois Ministros do PSD e ambos Vice-Presidentes, portanto, PSD e Sporting, em boa escolha.

Mas falando um pouco mais a sério, sentimos muito a perda do engenheiro Couto dos Santos e gostaríamos de apresentar os nossos sentimentos ao grupo municipal do PSD. A partida do engenheiro Couto dos Santos, de certa forma, marca o fim de uma época dourada na política esposendense, certamente será irrepetível que nos próximos 50 anos, Esposende volte a ter, no mesmo Governo do país, dois Ministros e ainda por cima, com pastas relevantes. De facto, algo estupendo num concelho com 30.000 habitantes. E o engenheiro Couto dos Santos não só foi uma figura destacada, com um currículo brilhante, mas também, há semelhança do engenheiro Oliveira Martins, é uma figura de facto estimável, porque manteve sempre uma ligação à terra, de que foi exemplo aqui o exercício da Presidência da Assembleia Municipal. São figuras que aqui todos nós, uns mais velhos, outros não tanto, temos presentes, mas que valerá a pena, aqui para as gerações vindouras, relevar estas figuras marcantes, como exemplo de percursos a seguir e, deixo aqui à consideração, e quem sabe pensarmos num prémio que evoque e perpetue a memória do engenheiro Couto dos Santos e já agora também, do engenheiro Oliveira Martins.

Muito obrigado.-----

De seguida, procedeu-se à votação dos votos, tendo-se obtido os seguintes resultados:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO FERNANDO COUTO DOS SANTOS.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO FERNANDO COUTO DOS SANTOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

2 - VOTO DE PROTESTO PELO VETO POLÍTICO EFETUADO PELO SENHOR

PRESIDENTE DA REPÚBLICA À REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PROTESTO PELO VETO POLÍTICO EFETUADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA À REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PS E SUBSCRITO PELOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD E CDS-PP.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO DO PRESENTE VOTO DE PROTESTO, A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA.-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"Subscrevo o voto de protesto."-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:_____

Terminadas as votações dos votos apresentados, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

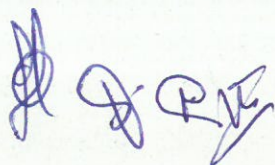
Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que o felicite pela eleição, aos de mais membros da mesa também, o resultado foi expressivo, claro, e mostra que estamos em sintonia e, por isso, desejo também todo o sucesso para o final deste ciclo político, para as próximas assembleias.

*Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta,
Público presente,
Boa noite a todos.*

Permitam-me que comece por dizer como é bom, ver esta casa, esta que é a casa da democracia, cheia de pessoas, que têm interesse e que querem saber sobre os assuntos do seu concelho. A democracia é isto mesmo e as assembleias municipais servem para isto mesmo, para podermos prestar contas e podermos esclarecer cada um dos Deputados Municipais, dos Presidentes de Junta e da população que tem este interesse e que quer saber sobre os assuntos da sua terra.

Começo esta a minha intervenção, por naturalmente e em nome do executivo Municipal, acompanhar o Voto de Pesar pelo falecimento do engenheiro António Couto dos Santos, dizendo ainda, que também em sede de reunião de Câmara Municipal, prestamos homenagem ao engenheiro Couto dos Santos, tendo também aprovado um Voto de Pesar e decretado um dia de luto municipal, respeitando assim, a memória de tão ilustre figura deste concelho. E, por isso, o Voto que aqui foi aprovado hoje, numa casa que também foi a dele, enquanto



desempenhou as funções de Presidente desta Assembleia Municipal, não só é justo, como também demonstra, o respeito que todos nós temos, por aquilo que o engenheiro Couto dos Santos representou para o nosso concelho, e para o país enquanto autarca, mas também enquanto governante e enquanto dirigente do Sporting, que desconhecia.

Quero também reconhecer todo o esforço e empenho, no trabalho que em conjunto, levamos a cabo, para que fosse possível chegarmos ao dia 17 de janeiro e vermos aprovado o projeto de lei da desagregação das freguesias. Não escondo a desilusão e a perplexidade do Veto do Senhor Presidente da República, contudo, acredito no bom senso dos partidos que viabilizaram e aprovaram o diploma e, por isso, espero sinceramente, que no próximo dia 5 de março, possamos todos e em definitivo, festejar esta tão importante conquista para o nosso concelho.

Ainda sobre a desagregação de freguesias, concordando com o que aqui foi dito, sobre as freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto, dizer-vos que também nós, em sede de executivo Municipal, não descansaremos enquanto não conseguirmos voltar a dar autonomia administrativa às freguesias de Fonte Boa e de Rio Tinto.

Feitas estas referências, e tal como disse que agiria, pretendo nesta casa prestar contas do trabalho que tenho desenvolvido, desde a realização da última Assembleia Municipal. Um trabalho que é feito, pelas pessoas e para as pessoas, e que resulta do empenho e do compromisso que este executivo Municipal assumiu desde o primeiro dia.

Que é feito num registo de estabilidade e de segurança, garantindo desta forma o cumprimento dos compromissos assumidos com a população. Com foco, com determinação e, acima de tudo, com seriedade, sem desvios populistas ou derivas individuais. Direcionado para as nossas freguesias, para as nossas associações e coletividades locais, e para a resolução dos problemas das pessoas.

Dito isto, não posso deixar de partilhar com entusiasmo, mas com enorme sentido de responsabilidade, que cumprimos, dentro dos prazos estabelecidos, ou seja, no pretérito dia 30 de dezembro, a submissão dos projetos financiados, integrados na ITI do Cávado, projetos como a requalificação do Forte São João Batista, a requalificação da Casa Museu Manuel Boaventura, a sala de monitorização e controle da Proteção Civil, a requalificação da Casa da Juventude, a requalificação das Piscinas Foz do Cávado e a valorização dos Moinhos da Abelheira, na segunda fase, num total de investimento financiado, superior a doze milhões de euros.

A aprovação e o lançamento do concurso da Residência de Estudantes, e da segunda fase da requalificação da Escola Secundária Henrique Medina.

A inauguração da Rua Fernando Vilar Pieira, em Fão, a requalificação da Rua das Fontinhas, em Fonte Boa, o arranque da empreitada de ampliação da rede de saneamento, águas pluviais e requalificação, da Rua Prior Nogueira, em Fão.

O arranque da ampliação da rede de saneamento e águas pluviais e requalificação da Rua das Cerqueiras, da Rua das Lajes e da Travessa das Lajes, em Palmeira de Faro.

Abertura do novo arruamento entre a Rua das Cerqueiras e a Rua 13 de maio, também em Palmeira de Faro, obras no valor de mais de um milhão de euros.

A conclusão e aprovação do projeto de requalificação da Rua 13 de maio, que será lançada a concurso, ainda no início do mês de março, no valor de mais de 1,3 milhões de euros. Ou a aprovação do projeto de ampliação da rede de saneamento, da rede de abastecimento de água, da rede de águas pluviais e da requalificação em vários arruamentos na Freguesia de Vila Chã, no valor de cerca de três milhões de euros. E apesar de todo este esforço financeiro e trabalho, a continuidade do compromisso assumido, de priorizar os investimentos nas nossas



freguesias, que soma apoios, desde que estou nestas funções, num valor superior a um milhão e quinhentos mil euros. Tudo isto, mantendo o rigor das contas públicas, concretizando um orçamento responsável e completamente direcionado para as pessoas, como aqui apresentei e que aqui foi aprovado, pelas senhoras e pelos senhores deputados. É assim que continuaremos a trabalhar, com determinação, com rigor e acima de tudo, com seriedade.

Respondendo agora às questões dos senhores deputados, dar nota que, relativamente ao Voto de Protesto, apresentado pelo Dr. Tito Evangelista, que o subscrevo, que fui claro na minha intervenção, e que me parece, que efetivamente, o Senhor Presidente da República não foi capaz de ouvir as populações, não foi capaz de perceber a vontade das populações e não foi capaz de perceber, o sentido da votação de todos os órgãos deste concelho, de todos os partidos e movimentos que contribuíram para conseguirmos instruir os processos, para concretizar a desagregação das freguesias e este Veto do Senhor Presidente, sinceramente, é uma desilusão para todos e causa-nos muita perplexidade. Mas acredito genuinamente, que no dia 5 de março será reposta a verdade dos factos.

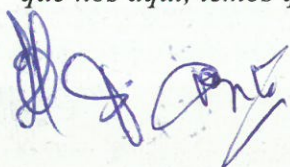
Deputado Domingos Carvalho, o apoio orçamental às instituições, acho que ficou claro na minha intervenção, aquilo que estamos a fazer, é dirigir, um esforço financeiro muito grande, precisamente para as freguesias, para as associações locais, para as coletividades locais, dando corpo aquilo que assumimos aqui, que eu assumi neste púlpito, na primeira Assembleia Municipal que tivemos, dizendo que esse seria o registo da nossa atuação e essa seria genuinamente a nossa preocupação a partir daquele dia e estamos a cumprir.

Relativamente à questão que colocou do apoio financeiro à junta de Freguesia de Forjães terei oportunidade, no ponto que discutiremos a seguir, de o explicar, de dizer o que é que representa este apoio, para que é este apoio, mas deixe-me só dar-lhe nota de que, relativamente ao que disse sobre o edifício, efetivamente este edifício pertence à junta de Freguesia de Forjães. Mas pertence, porque este executivo de freguesia, teve o cuidado de proceder à regularização daquele espaço, porque até então, o edifício não pertencia a ninguém. Ou seja, efetivamente esta Junta de Freguesia, num trabalho de dedicação, de compromisso, pôs pés ao caminho e conseguiu regularizar a situação da titularidade do edifício, e ele hoje, pertence precisamente à Junta de Freguesia de Forjães.

Deputado Marcelino Cunha, Parque da Cidade, a primeira fase está em conclusão, não percebo as suas dúvidas, a segunda fase está em arranque, por isso, dizer que nada foi feito, é uma coisa que me espanta, basta passar lá, e perceber, que a primeira fase está em conclusão. A segunda fase arrancará muito em breve, estamos a concluir apenas questões meramente burocráticas e administrativas e, por isso, só quem não quer, é que não vê que a obra está a acontecer.

Dr. Francisco Melo, inércia do município? Não me identifico com nada disso.

Sabe, relativamente ao processo das transmissões, o processo foi tratado sempre pela Assembleia Municipal, como sabe, fez parte da Comissão que acompanhou este processo, não foi o município. E por isso, vir aqui a este púlpito, dizer que é inércia do município, acho que não lhe fica bem. Acho que nós aqui temos de falar a verdade às pessoas, o município não teve intervenção neste processo, não tem. A única intervenção que tem, é a de disponibilizar os recursos materiais e humanos, para que tal possa acontecer. Mas nunca se substituiu e nunca se substituirá, à Assembleia Municipal, para criar as condições necessárias, para que as transmissões aconteçam. Agora enquanto, essas condições não forem alcançadas, não pode haver transmissões. Mas vir aqui dizer que a culpa é do município, desculpe, não o acompanho, menos ainda, dizer que há inércia do município, não é verdade. E por isso, acho que nós aqui, temos que ter a seriedade de falar verdade às pessoas e isto que eu estou a dizer,



é a verdade dos factos.

Relativamente à GNR, os contactos são regulares e frequentes, nas últimas duas semanas reunimos por duas vezes com o Senhor Comandante Distrital, o Coronel Carlos Morgado.

As nossas preocupações, são as preocupações das pessoas, e por isso, naturalmente que quando as sentimos, de imediato tentamos fazer a nossa parte, pressionando, conversando com quem de direito, para que se possa minimizar o impacto dessas preocupações, é isso que estamos a fazer, e é isso que vamos continuar a fazer.

Relativamente à Esposende Ambiente, nós temos um registo de ligações que é feito em 48 horas, estou em crer que não há reclamações registadas com essa dimensão que aqui partilhou, mas ainda assim, terei todo o cuidado, junto da Esposende Ambiente e do Senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. Paulo Marques, que está aqui a ouvir-nos, de apurar se efetivamente existe ou não, esse volume de reclamações a que se refere, e de que forma podemos acautelar ou corrigir.

Senhora Deputada Marta Viana, rampa dos Pescadores de Apúlia, como sabe, apesar de não ser uma área de influência da nossa jurisdição, somos nós sim, a Câmara Municipal, que tem pressionado a Agência Portuguesa do Ambiente, para que, faça aquilo que tem que fazer. E a verdade, é que conseguimos, ainda esta semana, ter a confirmação de que o projeto de execução está feito, está a aguardar dotação financeira, para que possa ser executado. Mas tem que ser executado, por quem tem jurisdição naquele local, que é a Agência Portuguesa do Ambiente, e por isso, aquilo que temos feito e que continuaremos a fazer, é junto da entidade competente, exercer a pressão necessária, para que possa ser feito, possa ser concretizado e corresponda aos anseios dos nossos pescadores, das pessoas que utilizam aquela infraestrutura, que nós sabemos o quão difícil é, fazê-lo, nas condições em que agora está.

Relativamente à Ponte Dom Luís Filipe e relativamente à demora desta empreitada, dizer-lhe que, também nós acompanhamos essa preocupação, segunda-feira da parte da manhã, temos uma reunião agendada com os responsáveis da Infraestruturas de Portugal, precisamente para fazer o ponto de situação, precisamente para exigir que sejam tomadas as diligências necessárias, para que se cumpram os prazos. E por isso, segunda-feira de manhã, vamos ter essa reunião com os responsáveis, para agilizarmos, na medida daquelas que são as nossas competências e para exercemos a pressão que devemos fazer, para que se resolva o quanto antes este problema, que cria naturalmente constrangimentos, e queremos ver resolvido, o mais rapidamente possível.

Senhor Deputado António Morgado, deixe-me dizer-lhe e respondendo à sua pergunta, e reportando exclusivamente para os investimentos feitos, diretamente nas freguesias, que nestes últimos 6 meses, já o disse também na minha intervenção, mas não me custa repetir, porque tenho orgulho no valor, estamos a falar de um valor que ascende a mais de um milhão e quinhentos mil euros. Mas devo dizer-lhe, que para além desse valor e dos valores inscritos nas empreitadas e nos projetos que referi nessa mesma intervenção, a concretização que vamos agora assistir no ponto, um bocadinho mais à frente, o próximo ponto penso eu, que tem a ver com a necessidade de pavimentações urgentes das diferentes em várias artérias do Concelho, ascende também, a um investimento complementar a este que lhe falei, de um valor superior a 3,2 milhões de euros. Valor esse, que teremos que recorrer a financiamento, e que explicarei no momento certo. Mas deixe-me dizer-lhe, que a este investimento se junta, e respondo já à sua segunda questão, a ampliação da rede de saneamento básico, da rede de abastecimento de água, da rede de águas pluviais, a executar nas freguesias de Antas, Forjães, Vila Chã, onde já temos o projeto submetido a financiamento. Em Marinhas, Gandra, Palmeira de Faro, Fão e Curvos, num valor de investimento, a concretizar em Agrupamento

de Entidades Adjudicantes, com a Esposende Ambiente, superior a 9,5 milhões de euros. Repito, 9,5 milhões de euros, no ciclo urbano da água, do saneamento básico, das águas pluviais, no abastecimento de águas. E porque nesta fase, a responsabilidade na gestão do dinheiro público não nos deixa ir mais além, devo dizer-lhe que estamos também já a trabalhar, em soluções que possam assegurar a médio prazo, investimentos na ampliação da rede de saneamento nas freguesias de Gemeses, de Fonte Boa e de Rio Tinto.

Este é o nosso compromisso, melhorar a vida das pessoas, e dele não nos desviaremos nem por um minuto.

Muito obrigado a todos.”-----

Pediu a palavra para defesa da honra, o Deputado Francisco Melo, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia expresso não considerar a existência própria de um ato que pudesse ofender a honra do Senhor Deputado. Contudo, iria conceder-lhe um minuto, para, caso desejasse, pedir algum esclarecimento. O Deputado Francisco Melo interveio, nos seguintes termos:

“É só mesmo um pedido de esclarecimento, o Regime das Autarquias Locais é claro, o Município é composto pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal. Por isso eu quando na minha intervenção disse que houve inércia do município, não estou a fugir à verdade. O Senhor Presidente da Câmara sabe, que o processo das transmissões tem sido conduzido aqui na Assembleia, mas sempre em articulação com o Município, e a questão que eu coloquei, sobretudo, prendeu-se com o facto de, para esta sessão terem sido aqui colocadas questões por parte da Câmara Municipal, sobre as condições para se poderem avançar com as transmissões, e a pergunta que eu deixo é, porque é que essas perguntas, não se fizeram, logo depois de ter sido aprovado o Regulamento, porque é que se teve que esperar 5 meses, é só isso obrigado.”-----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu, nos seguintes termos:

“Muito obrigado, Senhor Presidente, ainda bem que se corrigiu a figura, porque eu, penso que não teria faltado ao respeito, intencionalmente pelo menos, dito algo que pudesse colocar em causa a sua honra. Sabemos bem o alcance da pergunta e sabemos bem o objetivo da pergunta, e apesar, de podermos agora querer dizer, que o município é o todo, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, o alcance era a Câmara Municipal e todos percebemos isso. Mas eu respondo-lhe porque é, que nós fizemos uma pergunta, apenas uma. Porque, como sabe, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu a renúncia do mandato e saiu do processo e a única coisa que a Câmara Municipal fez, eu próprio fiz, foi perguntar ao Presidente da Assembleia Municipal em exercício, se estavam reunidas as condições, nada mais do que isso, foi uma pergunta. Essa pergunta foi feita agora, porque mudaram as circunstâncias, isto é uma coisa que acontece naturalmente na vida pública e na vida política. Mudam as circunstâncias e ao mudar as circunstâncias, todos temos de nos adaptar às novas circunstâncias, e não criar narrativas, que são diferentes daquilo que é a realidade. Mudaram as circunstâncias e foi o que aconteceu, ao mudarem as circunstâncias com a saída do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu fiz uma pergunta, “estão reunidas as condições”? Pelos vistos não estavam, a verdade é que essa inércia ou essa inoperância, não foi, efetivamente por parte da Câmara Municipal e, por isso, eu queria deixar apenas claro, que nada tem a ver com a Câmara Municipal, que disponibilizou desde o primeiro dia, as ferramentas, os recursos, toda a sua disponibilidade, para acolher, aquela que era a intenção da Assembleia Municipal, nada mais.

Muito obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia complementou os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, referindo que fez chegar aos líderes políticos ali representados e que compõem a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, um Parecer emitido pela DPO. Mais acrescentou, para esclarecimento dos restantes Deputados Municipais, que a Câmara Municipal colocou uma questão sobre se estavam reunidas as condições para as transmissões, pelo que, o Presidente da Assembleia deu conhecimento desse facto e questionou os serviços da Câmara sobre o ponto de situação de tal assunto. Na sequência, foi questionada a DPO – encarregada de proteção de dados, que emitiu um Parecer, de acordo com o qual entende ser necessário mais ações complementares, para verificar se o processo das transmissões televisivas pode então avançar. Posto isto, o Presidente da Assembleia comprometeu-se a pedir novamente aos serviços uma resposta e posteriormente, em sede de Comissão Permanente, com os líderes, dará conta de todos os avanços que foram feitos.-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado três inscrições:

O Presidente da Mesa deu a palavra ao primeiro inscrito, Senhor Tiago Freitas Oliveira, que em síntese disse:

“Boa noite a todos!

*Sr Presidente,
membros da Assembleia,
todos os presentes.*

Hoje trago uma questão que me pareceu um verdadeiro contrassenso.

Como é possível que, em nome da celebração do desporto, se impeça a prática desportiva, a dezenas de jovens, durante uma semana inteira.

A realização da Gala do Desporto, não pode nem deve passar por cima dos direitos, daqueles que utilizam regularmente os espaços desportivos para treinar, competir e manter um estilo de vida saudável.

É inconcebível que, para um evento pontual se penalize tantos atletas, retirando-lhes o acesso a infraestruturas que acima de tudo existem para servir a comunidade.

Isto não é uma boa gestão dos recursos públicos, nem uma decisão equilibrada.

Celebra-se o desporto, mas ao mesmo tempo, proíbe-se a sua prática, que lógica tem isto?

Peço que esta situação seja revista e que no futuro, se encontrem soluções que permitam conciliar a realização de eventos, sem sacrificar aqueles que diariamente, fazem do desporto um pilar das suas vidas.”-----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Muito obrigado pela sua participação senhor Tiago Freitas Oliveira, relativamente à questão, penso que está em causa o Hóquei Clube de Fão e a Gala do Desporto, eu relativamente a esse processo, dar-lhe nota apenas que, efetivamente, imagino que haja constrangimentos, mas daquilo que sei, a prática desportiva não é impedida durante esse período, a prática desportiva acontece em outras instalações. O município apoia inclusive o clube, para enfrentar as despesas relativas à utilização dessas instalações, e penso que do transporte, estamos a falar efetivamente de uma semana, é uma data que é comunicada de forma atempada, e que permite, assim o queiram, todos os intervenientes a gerir, a distribuição dos atletas por outros locais onde possam fazer essa prática desportiva, não o impedindo de todo. Ou seja, não está em causa, em momento algum, impedir com a realização deste evento, a prática desportiva. Há constrangimentos sim, uma vez, de forma esporádica e muito pontual, uma semana, e que, queiramos nós ter condições no futuro para ter outro espaço, deixará de criar esses constrangimentos. À data não temos, mas assim que tivermos, e estamos a trabalhar nesse sentido, para termos outros espaços com essas condições para a prática desportiva e deixaremos de causar esse constrangimento. Se o tivermos de causar, porventura mais alguma vez, suportaremos como temos feito os custos inerentes aos eventuais constrangimentos que causarmos. Acho que assim é uma forma justa e em momento algum nós estamos a impedir, ou criar impedimento à prática desportiva dos atletas, não é essa a nossa vontade, como compreenderá.

Muito obrigado pela sua participação.”-----

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. António Almeida Herdeiro, que em síntese disse:

“Boa noite, desde já cumprimentar o Presidente da Mesa e restante Mesa, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores e Vereadoras, os Senhores Deputados e Presidentes de Junta aqui presentes, Público em geral.

O meu assunto aqui, é um limite de freguesias entre Apúlia e Fão. É um assunto que se deve resolver do dia para a noite, estamos quase há um ano para resolver esse assunto e ninguém o resolve.

Em primeiro lugar queria saber se o Senhor Presidente da Câmara sabe desse assunto ou não, e em segundo lugar queria explicar um bocado o primeiro e-mail que se mandou à Junta de Freguesia de Fonte Boa e que me responderam por um advogado, acho eu, da Junta de Freguesia de Fonte Boa. Que diz que havia lá uma placa informativa e muito bem-dito, há mais de 30 anos. A variante só tem 25 ou 26 anos, por isso é mentira, mais de 30 anos. Essa placa foi posta há 23 anos mais ou menos, com o Senhor Presidente Catarino, quando pôs a placa informativa, chamou o Senhor Presidente da Junta atual, que era o Senhor Otilio, mais um Vereador que era o Amarildo Norte, que era o representante daquele lugar, e chegaram a um acordo, que aquele lugar era o mais indicado para pôr a placa informativa, não o limite de Freguesia como foi posto agora, gostava de saber a resposta.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

“Muito obrigado senhor António Herdeiro pela intervenção, dizer-lhe que de facto, não conheço o assunto, tudo farei para me inteirar do ponto de situação, mas, dar nota que, tudo o que tem a ver com os limites dos territórios, quer do ponto de vista concelhio, quer do ponto

*de vista das freguesias, remete para a Direção-Geral do Território, a CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal e, por isso, tentarei ver o que é que está em causa neste processo, obter informação e, logo que tenha mais informação em meu poder, havemos de conversar para lhe poder transmitir essa mesma informação.
Muito obrigado.*-----

Por último o Presidente da Mesa deu a palavra ao terceiro inscrito, Sr. Manuel Carvoeiro, que em síntese disse:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,*

Público em geral, a todos uma saudação.

Senhor Presidente da Câmara, este Município tem nos últimos anos investido na aquisição de algum património escultório, que enfim, está por este concelho, com particular incidência na cidade de Esposende, só que, e eu concordo com este enriquecimento, quanto a este património, só que, ao mesmo tempo, que se faz este investimento, o município permite-se ser no fundo, e eu faço esta intervenção aqui pela quarta vez, como que, o autor da destruição de património escultório, concretamente na Escola Secundária Henrique Medina.

Eu não deixarei que isto passe e fique no silêncio para sempre.

Na Escola Secundária Henrique Medina, foi erigida uma escultura, concebida pelo professor João Machado, com os seus alunos da altura, se calhar alguns estarão aqui, é um património não só dos autores, é um património da escola, é um património da comunidade educativa de Esposende, do concelho de Esposende, é um património desta terra. E, perguntada aqui nesta assembleia, e noutros fóruns onde está esta escultura, não há uma resposta sobre isto. Daí, talvez eu possa concluir, que esta Câmara, permitiu, certamente que fosse destruída esta escultura e para todo o sempre.

Importa, é necessário, recolocar a escultura, se não, eu admito que a original foi à vida, mas que haja um esforço no sentido de pelo menos reconstruir, ou enfim, colocar um trabalho de arte importantíssimo naquela escola, e que esta Câmara, assobia para o lado, não responde e rem que o fazer.

É uma questão que eu não deixarei morrer, porque isto é património da escola, é património deste concelho, é património dos alunos e principalmente dos seus autores, professor João Machado e também aproveito, para falar do painel de azulejos da autoria do professor Vilarés Pires e também dos seus alunos.

É importante que esta Câmara se mobilize, no sentido de repor, no lugar onde deve estar, ali na zona fronteira da escola, este património.

E para terminar, a propósito da notícia recente da TVI, e não querendo entrar aqui em polémica, porque não é o meu estilo e sabem que não é, eu gostaria de saber se o Senhor Presidente tem algum elemento, algum dado, que permita entender, qual foi a necessidade da justificação para, efetuar esta contratação com o dito escritório de advogados. O que é que justificou, naquela escola profissional, esta contratação na ordem dos trinta e tal mil euros.

Obrigado.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu a intervenção, tendo esclarecido, nos seguintes termos:



“Muito obrigado, Senhor Manuel Carvoeiro pela sua intervenção, aqui não se assobia para o lado, pode-se ter mais ou menos respostas, e eu assumo quando acerto e assumo quando falho, e de facto não lhe dei resposta, porque ainda não consegui obter a resposta.

já fiz os contactos de forma oficiosa, não oficial, tudo farei para o fazer de forma oficial, na certeza, que a escola se pronunciará também, porque a Câmara não foi lá de forma autónoma, destruir o património, só porque, tem uma visão enviesada daquilo que é a valorização do património, vai lá destruir só porque sim.

Houve obras na escola, é importante perceber, se com o acompanhamento da escola ou não, foi ou não valorizado esse património. Eu farei isso de forma oficial, sem que, tenha necessidade de dizer que assobio para o lado, não faço nada disso. Assim que tiver a resposta, dar-lhe-ei.

Relativamente à segunda questão, e eu pergunto também, se a faz como cidadão ou como dirigente político, porque de facto, foi uma intervenção política. Mas não há nada a esconder veja, obviamente que é necessário, para qualquer instituição que não tenha um Jurista, subscrever serviços de apoio jurídico, é normal, há muitos assuntos que necessitam de apoio jurídico, por instituições que não têm juristas. Isso é feito em todas as instituições, não é só, na Zensino, é na Zensino e nas demais. E quando falamos desses valores, que parecem proibitivos, esqueceu-se de dizer que foi, por contratos de 30 meses. Não foram trinta mil euros por um dia, foi um contrato de prestação de serviços por 30 meses, é só fazer as contas e perceber quanto é que dá por mês. Agora, estar no período de intervenção do público, a fazer uma intervenção política, remete para que a resposta também seja política. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, neste momento, essa instituição tem uma prestação de serviços com um gabinete, que até tem no exercício de funções, pessoas que foram eleitas locais, pelo Partido Socialista, veja lá. Será que isso quer dizer, que eu estou a tentar ver se um dia quando o Partido Socialista for para o Governo, eu também sou nomeado para alguma coisa? Quando eu faço parte da Assembleia Geral dessa instituição, por inerência do cargo. Eu não tenho nada a ver com a administração dessa instituição, que tem um Conselho de Administração. Agora, tentar fazer disto uma associação política, não é só malicioso, é absurdo.

Muito obrigado.”-----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de fevereiro de 2025, foi presente na sessão, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação, a Alteração Orçamental Modificativa, por incorporação do saldo de gerência, no orçamento da receita: reforço – integração do Saldo de Gerência anterior de 2.233.315,48€, no orçamento da despesa: reforço - de 2.233.315,48€, por ajustamento de outras despesas do mapa de Grandes Opções do Plano (Plano de Atividades Municipais + Plano Plurianual de Investimentos). Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----



Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Francisco Melo colocado uma questão, à qual o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 23 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 4 VOTOS CONTRA, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E, 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR A ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, POR INCORPORAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA,
NO ORÇAMENTO DA RECEITA:
REFORÇO - INTEGRAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR DE 2.233.315,48€,
NO ORÇAMENTO DA DESPESA:
REFORÇO - DE 2.233.315,48€, POR AJUSTAMENTO DE OUTRAS DESPESAS DO MAPA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS + PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS).-----

Pelo Grupo Político do PS, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra, na sequência da votação também contra do Plano e Orçamento para este ano. Estas alterações em nada alteram um Plano e Orçamento mau, e apenas reforçam a incapacidade e incompetência do município, em executar o Orçamento do ano anterior, como tem sido recorrente todos os anos. Todos anos, chegam ao final do ano e têm um saldo orçamental de milhões de euros, sempre nas despesas de capital, ou seja, de investimentos que estão previstos e não fazem. E agora, o Senhor Presidente da Câmara, acabou de justificar que o ano passado foi bastante melhor, porque “apenas” não executaram dois milhões e quinhentos mil euros, à volta disso. E portanto, se o Plano e Orçamento era mau, estas alterações não o alteram, por isso nós mantemos o nosso voto contra.”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Votamos favoravelmente a proposta da alteração orçamental modificativa apresentada pelo executivo, desde logo porque, face ao resultado da execução orçamental do ano de 2024 que nos foi apresentada, e que se cifrou nos cerca de 2,2M€, este o valor acaba por nos transmitir dois aspetos que consideramos serem fundamentais e reveladores do excelente trabalho desenvolvido pelo executivo ao longo do ano de 2024.

Concretamente, e em primeiro lugar, dizer que o saldo de gerência apresentado demonstra a gestão criteriosa levada a cabo pelo executivo, o que nos permite aferir da boa saúde financeira de que dispõe o município.

Em segundo lugar, este valor permite-nos também concluir que do ponto de vista da concretização orçamental, adivinham-se valores de execução francamente superiores face ao ano de 2023, atendendo a que o saldo de gerência que resultou do exercício orçamental desse ano foi superior ao de 2024.

E por isso, os 2,2M€ que o executivo pretende ver redistribuído na despesa do Mapa das Grandes Opções do Plano, além de reveladores da boa saúde financeira do município,

*representa também a possibilidade de trazer mais investimento para o ano de 2025.
Por tudo isto, votamos favoravelmente.*-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:
“O Orçamento municipal tem sido marcado, todos os anos, por uma execução muito aquém da perspetivada, o que abona pouco a favor do seu realismo e confiança. Nesse sentido, e porque o orçamento nos merece a maior das reservas, pela razão anteriormente apontada, votamos contra a presente proposta.”-----

03.02 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ €3.252.416,15 JUNTO DA INSTITUIÇÃO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS DIVERSOS, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 22.º (REPARTIÇÃO DE ENCARGOS) DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6 (COMPROMISSOS PLURIANUAIS) DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, DO ARTIGO 49.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO E ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de fevereiro de 2025, foi presente na sessão, para aprovação, o empréstimo até €3.252.416,15 junto da instituição Caixa Geral de Depósitos, para Financiamento de Investimentos Diversos, para efeitos do disposto no artigo 22.º (Repartição de Encargos) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º (Compromissos Plurianuais) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Francisco Melo colocado uma questão, à qual o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA E, 3 VOTOS CONTRA, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ €3.252.416,15 JUNTO DA INSTITUIÇÃO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS DIVERSOS, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 22.º (REPARTIÇÃO DE ENCARGOS) DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6 (COMPROMISSOS PLURIANUAIS) DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, DO ARTIGO 49.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3

DE SETEMBRO E ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS.-----

Não participou na discussão e votação do presente assunto o senhor deputado municipal Ilídio Morais Rodrigues, por não se encontrar na sessão no momento da votação.-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Esta proposta encerra duas grandes preocupações: por um lado, o facto de algumas das vias que irão ser intervencionadas estarem longe de apresentar um estado degradante, logo, não sendo prioritárias, pelo que o valor do empréstimo a contrair acaba por estar sobrevalorizado. Por outro lado, precisamente pela sobrevalorização do empréstimo que o Município cria, acaba por desinvestir noutras realidades para as quais parte daquele valor poderia ser muito útil (i.e. saneamento básico, habitação pública, coesão social, etc.).

Ainda assim, e sem prescindir das referidas reservas, votamos a favor, uma vez que reconhecemos que nalgumas situações compreendidas nesta proposta as intervenções são realmente necessárias.”-----

Pelo Grupo Político do PS, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra a proposta de contratação de um empréstimo de mais de três milhões de euros, no caso concreto de três milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e dezasseis euros e vinte centimos, que vão ser pagos em 20 anos. E para que é este empréstimo? Para pavimentar algumas ruas do concelho, que na minha opinião, na minha modesta opinião, muitas delas nem são as mais urgentes, mas são as mais vistosas.

Isto é para começar já, é para estarem prontas antes das eleições. Antigamente nesta altura da Páscoa, fazia-se a limpeza da Páscoa, porque ia o padre a casa e fazia-se a limpeza da Páscoa. Esta não é a limpeza da Páscoa, mas é a arrumação para a eleição.

Eu vou dizer-vos quais são as vias que vão ser pavimentadas, a Avenida de Banhos, em Esposende, a Rua do Farol e o estacionamento, a Avenida Marginal, mais a Avenida Padre Sá Pereira, ou seja, a sala de visitas. Depois, a Avenida António Veiga, em Fão, a Avenida da Praia, em Apúlia, a Rua do Facho, a Rua da Lagoa e a Travessa do Açude, também Apúlia.

Tudo junto ao mar. E depois tem a Rua de São Lourenço, em Vila Chã, mais um troço da Estrada Nacional 305, mas não diz qual é, que apanha Curvos e Vila Chã.

Portanto, muitas delas não são propriamente urgentes, porque se formos por essas Freguesias do interior deste concelho, algumas com buracos, eu diria que são muito mais urgentes e há algumas que nem pavimento têm, são em terra batida.

Eu sou a favor que se reparem as vias municipais, aliás, quase não há assembleia nenhuma, em que o PS não venha aqui reclamar do estado das vias municipais. Agora, pedir mais três milhões de euros para reparar vias municipais, quando se houvesse aquela gestão excelente, que vem sempre aqui repetidamente dita, seja o saldo de quatro milhões, três milhões ou dois milhões é sempre excelente, andar a pedir dinheiro, quando nós, ao longo deste mandato, só em foguetes estourados no ar e concertos de duvidosa qualidade, gastamos mais do que isto, uma boa gestão, impedia que agora se andasse a pedir dinheiro e a hipotecar, já sei que é pouco, para o Senhor Presidente da Câmara, em parte, o futuro dos nossos filhos, porque vão pagar em 20 anos uma folestria eleitoral para as próximas autárquicas.

Portanto, dizer que na minha rua até vai ficar ótimo, vai ser pavimentada, estou todo contente, mas, há coisas mais urgentes no concelho.

Há caminhos por este concelho, que estão todos esburacados e alguns nem pavimentos têm e, portanto, as prioridades, isto é uma prioridade eleitoral, é um chamado empréstimo para as

*Autárquicas e é o que eu diria, é uma arrumação para a eleição.
Por isso, o PS só podia votar contra.*-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:
“Votamos favoravelmente a proposta de contratação de um empréstimo de Médio e Longo Prazo nos termos da proposta apresentada pelo município, porque tendo em consideração a boa saúde financeira do município, que dispõe de uma capacidade de indevidamente, em valor absoluto superior a 35M€, e em margem efetivamente disponível, tendo por base o legalmente imposto pelo Orçamento de Estado, de mais de 14M€/ano, consideramos que este empréstimo, face ao fim a que se destina, conforme foi explicado aqui pelo Sr. Presidente da Câmara, que visa todo um conjunto de intervenções necessárias em vias de comunicação, em artérias estruturantes em diversas freguesias do concelho, entendemos não estar posto em causa a sustentabilidade financeira do município, pois o valor de endividamento ainda disponível após a contratação deste empréstimo continuará acima dos 10M€. E por isso, tendo este empréstimo, como se disse, uma finalidade de melhoramento das condições de vida das pessoas sem colocar em causa a boa saúde financeira do município, votamos favoravelmente a proposta da Câmara Municipal.”-----

Regressou à sessão o Deputado Municipal Ilídio Morais Rodrigues.-----

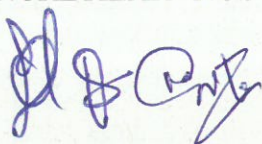
03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO, DESTINADO À AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO PAROQUIAL DE FONTE BOA, PARA CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA E RESPETIVOS ARRANJOS EXTERIORES, A CONCRETIZAR NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ANEXO À PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA J) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de fevereiro de 2025, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal para concessão de um apoio financeiro à União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto, destinado a suportar as despesas inerentes à ampliação do Cemitério Paroquial de Fonte Boa, para construção da Casa Mortuária e respetivos arranjos exteriores, a concretizar nos termos do Protocolo de Cooperação anexo à proposta. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, PARA CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO, DESTINADO À AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO PAROQUIAL DE FONTE BOA, PARA CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUÁRIA E RESPETIVOS ARRANJOS EXTERIORES, A CONCRETIZAR NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ANEXO À



PROPOSTA, E COM OS QUAIS CONCORDA.-----

03.04 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE FORJÃES, DESTINADO À EXECUÇÃO DA EMPREITADA TENDENTE À REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO, IMPLANTADO NO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA DA SANTA, Nº 334, DE FORJÃES E RESPETIVOS ARRANJOS EXTERIORES, A CONCRETIZAR NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ANEXO À PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA J) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de fevereiro de 2025, foi presente na sessão para aprovação, a proposta da Câmara Municipal para concessão de um apoio financeiro à Freguesia de Forjães, destinado a suportar as despesas inerentes à execução da empreitada tendente à requalificação do edifício, implantado no prédio urbano sito na Rua da Santa, nº 334 de Forjães e respetivos arranjos exteriores, a concretizar nos termos do Protocolo de Cooperação anexo à proposta. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Deputado Francisco Melo sugerido que, para além do Plano de Atividades, o GADTF apresentasse também, o Relatório de Contas.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, PARA CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE FORJÃES, DESTINADO À EXECUÇÃO DA EMPREITADA TENDENTE À REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO, IMPLANTADO NO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA DA SANTA, Nº 334, DE FORJÃES E RESPETIVOS ARRANJOS EXTERIORES, A CONCRETIZAR NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ANEXO À PROPOSTA, E COM OS QUAIS CONCORDA.-----

03.05 - PARA CONHECIMENTO:

03.05.01 - PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

03.05.02 - CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----

03.05.03 - RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2024 DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 32º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.-----

03.05.04 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3º TRIMESTRE 2024.-----

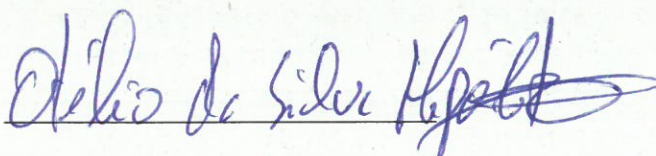
De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Isenção de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Contratos de Investimento outorgados, ao abrigo do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, de acordo com o artigo 11º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, Relatório Anual de Atividades 2024 da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e Relatório de Execução Orçamental – 3º trimestre de 2024, da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

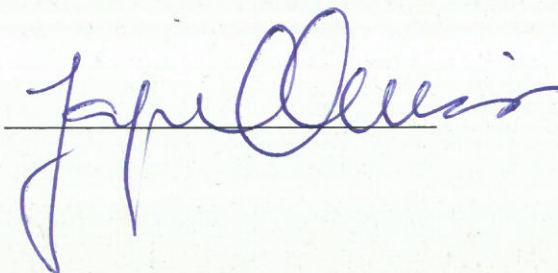
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 22 horas e 55 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



A Primeira Secretária,



O Segundo Secretário,

Daltan Costa